

álvaro
pereira

Governo já tem seu bloco

Vinte oito dias após a sua instalação, a Assembléia Nacional Constituinte não conseguiu aprovar ainda o seu regimento interno. O que deveria ser um trabalho simples — definir as regras que vão regular a atividade constituinte — se transformou no primeiro confronto político sério entre as forças da Aliança Democrática. PMDB e Frente Liberal aumentaram a distância que já os separava, envolvendo-se num debate emocionado em torno da soberania da Constituinte. Para o PMDB, a Constituinte. Para o PMDB, a Constituinte pode tudo, inclusive alterar dispositivos da Constituição em vigor; para o PFL, ela só é livre e soberana para discutir e votar a futura Constituição do país.

Nessa disputa interna, o PFL, apesar de partido minoritário, soube interpretar melhor a posição do governo. No Palácio do Planalto, o presidente Sarney teve oportunidade de dizer, a políticos que foram visitá-lo ao longo da semana, que a Constituinte estava exorbitando quando pretendia interferir na ordem jurídica em vigor. Entende o presidente que a Constituição só poderá ser modificada por decisão do Congresso, e através de emenda constitucional aprovada por dois terços de seus membros. Fora disso, seria pretender dar à Constituinte um poder que ela não tem.

Temia o presidente que a inclusão no regimento interno de um artigo que permite à Constituinte aprovar «projetos de decisão», sempre que uma «matéria de caráter relevante» assim o determinar, poderia ser mais um fator de instabilidade política do que propriamente uma forma de se garantir o poder soberano da Constituinte. Por essa via do «projeto de decisão», setores políticos da oposição e da própria Aliança Democrática tentariam, certamente, colocar em discussão até mesmo a duração do mandato do presidente Sarney, hoje de seis anos mas que poderá ser reduzido para quatro ou cinco anos. Todo o trabalho constituinte ficaria sujeito, assim, às oscilações da conjuntura econômica e política.

Para os principais líderes do PMDB, a posição assumida pelo partido majoritário, durante a tentativa de votação do regimento, baseou-se no princípio de que a Constituinte, para ser livre e soberana, precisa dispor de algumas garantias. Nesse sentido, o «projeto de decisão» seria o instrumento através do qual ela se defenderia de possíveis ameaças à sua soberania, e não, como pretendiam alguns, uma arma de ataque ao poder constituinte representado pelo presidente Sarney. O PMDB, como partido,

tese de um grupo, o «Pró-soberania», e passava a usar uma linguagem agressiva que lembrava os seus tempos de oposição.

Houve, durante a semana, várias tentativas de acordo, mas elas resultaram inócuas por que PMDB e Frente Liberal se mantiveram em posições intransigentes. Sem acordo, o PMDB tentou aprovar sozinho — ou melhor, com o apoio de alguns partidos de oposição, o PT, o PDT e o PCB — o Regimento Interno da Constituinte na forma como o havia concebido o seu relator, senador Fernando Henrique. O resultado, desastroso, é que o PMDB não conseguiu impor a sua maioria: o setor mais moderado do partido se aliou à Frente Liberal, ao PTB e ao PDS para impedir a votação do regimento.

Esse primeiro confronto, favorável ao PFL, já permite antever o perfil de uma Constituinte de tendência moderada, para não dizer conservadora. O presidente Sarney conseguiu reunir em torno de si, na quarta-feira, forças políticas que conviveram juntas na Velha República. O PFL e o PDS são oriundos de um mesmo partido, a Arena, que durante muitos anos deu sustentação política aos governos militares pós-64. E o PTB, em 84, já emprestava seu apoio e sua colaboração ao governo do presidente João Figueiredo. De novo, nessa aliança que começa a se delinear na Constituinte, a adesão de um setor expressivo do próprio PMDB.

Já se admite, no Palácio do Planalto, que as divergências políticas na Constituinte irão levar, fatalmente, a um novo quadro partidário mais representativo da sociedade brasileira. Por esse raciocínio, o bloco moderado que impediu a votação do regimento interno, na quarta-feira, seria o embrião de um novo partido de apoio ao governo. Um partido de centro, com tendência reformista, capaz de garantir ao presidente Sarney o apoio político que o PMDB sempre lhe negou. Nesse novo quadro, os setores mais «radicais» ou «progressistas» do PMDB seriam deslocados para uma posição de apoio crítico, ou mesmo de oposição ao governo Sarney.

Mensagem ao Congresso

Na mensagem que encaminha hoje ao Congresso, o presidente Sarney faz um histórico das realizações do governo no plano político. Ele destaca, como a principal dessas realizações, a convocação da Assembléia Constituinte, cumprindo um compromisso de honra da Aliança Democrática. No entanto, lembra o presidente que a Constituinte não teria sido possível sem as reformas políticas que a precederam: a adoção de eleições diretas em todos os níveis, o voto do analfabeto, a livre organização partidária.

O presidente faz também, em sua mensagem, uma análise das últimas medidas econômicas, com ênfase na suspensão do pagamento dos juros da dívida externa.

Frase

Do líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, explicando a nova posição política do partido:

“O PFL apóia o governo, mas não apóia o PMDB”.